

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.550 - SP (2019/0057095-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**
AGRAVANTE : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **EBER GILBERTO CAVALCANTE SOUZA E OUTRO(S) - SP085157**
AGRAVADO : **CARLOS AUGUSTO NICOTARI**
AGRAVADO : **MOACIR DE PAULA**
AGRAVADO : **SILVERIO GOMES**
AGRAVADO : **DARCIO MARTORELLI**
AGRAVADO : **FRANCISCO MEDEIROS DA SILVA**
AGRAVADO : **FLORIANO MUNHOZ**
AGRAVADO : **MARIA ZOEMIA DE OLIVEIRA**
AGRAVADO : **JOVELITA RAMOS DIVINO**
AGRAVADO : **LAUDICEA ROCHA**
ADVOGADOS : **WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720**
: **WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006**
: **LUCAS DOS SANTOS CAMPANHARO - SP390305**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela **São Paulo Previdência - SPPREV e Fazenda do Estado de São Paulo**, desafiando decisão da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob os seguintes fundamentos: (I) "*os argumentos expendidos não são suficientes para infirmar as conclusões do v. acórdão combatido que contém fundamentação adequada para lhe dar respaldo, tampouco ficando evidenciado o suposto maltrato às normas legais enunciadas*" (fl. 468) e; (II) incidência da Súmula 7 do STJ.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois as partes agravantes não impugnaram um dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

Com efeito, apesar de afirmarem, genericamente, que "*em nenhum momento a análise do recurso especial implicaria em violação à Súmula 07 do C. STJ, eis que não há matéria fática a ser analisada nos autos, mas tão somente matéria jurídica, consistente na subsunção da decisão guerreada à legislação federal apontada*

como violada." (fl. 476), as partes agravantes não declinaram os motivos pelos quais, no seu entender, o óbice apontado pela Corte de origem não seria aplicável ao caso concreto.

Em outras palavras, o agravo deixou de rebater, de modo específico, o fundamento adotado pela decisão agravada, o que atrai a incidência, por analogia, da Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

